

GUSTAVO HAICAL

A AUTORIZAÇÃO NO
DIREITO
PRIVADO

PREFÁCIO

JUDITH MARTINS-COSTA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Haical, Gustavo
A autorização no direito privado / Gustavo Haical. -- São Paulo : Thomson
Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5065-069-8

1. Direito civil 2. Direito privado 3. Negócios jurídicos I. Título.

19-31949

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito privado 347

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	21
§ 1º A AUTORIZAÇÃO COMO FIGURA PERTENCENTE À TEORIA GERAL DO ASSENTIMENTO NO DIREITO PRIVADO	43
1. Os artigos 176 e 220 do Código Civil: suportes fáticos específicos para construir o significado da autorização.....	46
1.1. Parte e terceiro: conceitos necessários para se distinguir a autorização da confirmação	48
1.2. Suporte fático do negócio jurídico com atuação do terceiro assentinte.....	53
2. Da autorização de terceiro como elemento complementar de validade ou de eficácia do negócio jurídico	60
3. A teoria geral do assentimento no Código Civil brasileiro.....	71
3.1. O assentimento à proteção de interesses jurídicos	81
3.2. O assentimento como fato jurídico	87
3.3. As espécies de assentimento.....	98
4. A autorização nas dogmáticas alemã e italiana: fundamentos dogmáticos à construção da autorização no sistema jurídico interno	104
4.1. A autorização na dogmática alemã	104
4.2. A autorização na dogmática italiana.....	109
4.3. Hipóteses passíveis de serem dessumidas da doutrina alemã e italiana à construção da autorização no direito privado brasileiro.....	116

§ 2º A AUTORIZAÇÃO NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO	117
1. Exercício jurídico e legitimidade	119
2. A autorização integrativa	130
2.1. A autorização integrativa: sua delimitação como figura jurídica autônoma.....	130
2.2. A autorização integrativa como negócio jurídico unilateral...	133
2.3. A extinção da autorização integrativa	138
2.4. A permissão como figura jurídica distinta da autorização integrativa.....	142
3. A autorização para dispor	147
3.1. O fundamento legal para se deduzir a autorização para dispor no Código Civil.....	147
3.2. A autorização para dispor: delimitação como figura jurídica autônoma.....	157
3.3. A autorização para dispor quanto à sua eficácia	164
3.4. A autorização para dispor como negócio jurídico unilateral	171
3.5. A extinção da autorização para dispor	174
3.6. A autorização para cobrança, autorização para contrair obrigação e autorização para adquirir: figuras jurídicas inadmitidas no direito brasileiro a partir da autorização para dispor	178
CONCLUSÃO	193
BIBLIOGRAFIA	195